



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Agrária

QUESTÃO AGRÁRIA E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO

VIVIANE ALVES DA SILVA¹

RESUMO

Neste artigo será traçado um debate acerca da questão agrária e o Serviço Social. Trazendo uma reflexão sobre a atuação profissional do Serviço Social no processo de desenvolvimento do capitalismo. Tem por perspectiva sinalizar dialeticamente os processos constitutivos do capitalismo no campo, as potencialidades revolucionárias deste espaço e a necessidade de superar certa invisibilidade da questão agrária como portadora de fundamentos para a formação profissional no serviço social brasileiro. Configura-se como um ensaio teórico de caráter exploratório, fundamentada a partir de um perspectiva crítica. Ao final, sinaliza a necessidade de aprofundar a abordagem da questão agrária como constituinte da formação balizada no Projeto Ético Político profissional.

Palavras-chave: Questão agrária; serviço social; propriedade privada; lutas camponesas.

ABSTRACT

In this article, a debate will be outlined about the agrarian question and Social Work. Bringing a reflection on the professional performance of Social Work in the process of development of capitalism. Its perspective is to dialectically signal the constitutive processes of capitalism in the countryside, the revolutionary potentialities of this space and the need to overcome a certain invisibility of the agrarian question as a bearer of foundations for professional training in Brazilian social work. It is configured as a theoretical essay of exploratory character, based on a critical perspective. In the end, it signals the need to deepen the approach to the agrarian question as a constituent of the training based on the professional Political Ethical Project.

Keywords: Agrarian question; social services; private property; Peasant struggles.

¹ Universidade Federal de Sergipe



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1. Introdução

Este trabalho irá traçar um debate com objetivo de sinalizar dialeticamente os processos constitutivos do capitalismo no campo, refletindo os ditames do capital financeiro que não tem fronteiras territoriais, para explorar a natureza e submeter os povos do campo a expulsão e a pobreza, em contrapartida o espaço se apresenta com suas potencialidades revolucionárias deste espaço de lutas e contradições que se tem a necessidade de superar certa invisibilidade da questão agrária como portadora de fundamentos para a formação profissional no serviço social brasileiro. Convém, ressaltar que se trata de um ensaio teórico de caráter exploratório, que discute alguns elementos imprescindível para visualizar a necessidade de conferir visibilidade para a questão agrária, o espaço rural e as demais expressões da questão social que perpassam este lugar, a fim de defender o fortalecimento da sua abordagem transversal na formação profissional.

Sua elaboração foi fundamentada no método crítico dialético, com abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica e documental. O desenvolvimento do artigo está organizado em três seções, Lutas camponesas e a atuação do serviço social que tratam respectiva; a questão agrária e sua relação com o serviço social, apontando fundamentos para uma abordagem profissional; problematizando, por último Políticas públicas para o campo e a necessidade de um aprofundamento teórico metodológico do Serviço. Ao final, apresentam-se notas inconclusivas que sinalizam a necessidade de aprofundar a abordagem da questão agrária como constituinte da formação crítica em Serviço Social, pautada no Projeto Ético Político profissional.

1. Lutas camponesas e a atuação do Serviço Social

Tratar da questão agrária no Brasil é uma tema polêmico, isso se dá pelo o processo de formação social no Brasil que não há como desvincular do processo de colonização e de exploração dos recursos naturais no Brasil¹, que se deu-se por volta do século XIV. As primeiras tentativas de manutenção da propriedade privada foram as primeiras apropriações das terras de Pindorama, divididas em faixas de terras e concedidas aos nobres portugueses, processo que ficou conhecido como de constituição das 'capitanias hereditárias'. Antes das invasões, todavia, as terras eram usadas como bem comum, sendo, partir daí, monopolizadas, dando aos invasores das terras brasileiras o poder de escravizar os que não detinham a terra.

As terras brasileiras eram férteis para o plantio da cana-de-açúcar devido às condições favoráveis do clima. Entretanto, para produzir, era necessária mão de obra barata, sendo que a saída encontrada foi a escravidão dos índios, inicialmente. Contudo, os índios resistiram O processo de colonização e de exploração dos recursos naturais no Brasil¹, deu-se por volta do século XIV. As primeiras tentativas de manutenção da propriedade privada foram as primeiras apropriações das terras de Pindorama, divididas em faixas de terras e concedidas aos nobres portugueses, processo que ficou conhecido como de constituição das ‘capitanias hereditárias’. Antes das invasões, todavia, as terras eram usadas como bem comum, sendo, a partir daí monopolizadas, dando aos invasores das terras brasileiras o poder de escravizar os que não detinham a terra.

As terras brasileiras eram férteis para o plantio da cana-de-açúcar devido às condições favoráveis do clima. Entretanto, para produzir, era necessária mão de obra barata, sendo que a saída encontrada foi a escravidão dos índios, inicialmente. Contudo, os índios resistiram bravamente, surgindo assim, vários exemplos de resistência como ‘os Tamoios’, que foi a união entre índios e franceses contra os portugueses, e a guerra dos bárbaros, que durou 20 (vinte) anos, encampada no nordeste pelos povos cariris.

Desta forma, no Brasil, a propriedade da terra tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas, e a luta pela terra começa entre indígenas e as nações europeias. Com interesses contrários, os indígenas lutavam pela preservação da terra, o seu modo de viver era harmonioso, enquanto que os capitalistas exploravam a riqueza da terra para manter o poder do capital. A lógica do modo de produção capitalista é a extração da mais-valia, gerando o lucro. Para manter o lucro, os colonizadores tentaram primeiramente explorar os índios, mas estes resistiram a partir de lutas e fugas, já que, por conhecer o território, tornava-se fácil organizar a fuga, como foi anteriormente relatado.

Paralelamente à luta dos povos indígenas, nasceram as lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas. Considerando que havia constantes fugas dos índios, como foi anteriormente relatado, os colonizadores iniciaram o tráfico negreiro. No Brasil os negros eram vendidos como mercadorias e como produtores de mercadorias, porém também, com o tempo, passaram a resistir contra a escravidão fugindo e se organizando. Destas lutas e das fugas dos escravos nasceram os quilombos, verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos, no seio do território capitalista colonial. No entanto os quilombos passaram ser uma arena de lutas

sociais, por isso muitos quilombolas morreram em decorrência da verdadeira guerra promovida pelos senhores de escravos.

Após anos de escravismo brasileiro o capital internacional começou a pressionar o Brasil, para abolir a escravidão pois havia dois cenários de um lado havia uma grande crítica mundial a escravidão e de outro para o momento de expansão internacional do capital já não era interessante manter o modelo escravista, ainda havia um fator que também impulsionou converteu em defesa da condição humana do escravo ou do liberto era a necessidade da legalização da terra eis onde entra o Estado brasileiro com a lei 17 Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. De forma bem para entendimento esta lei é a responsável pela transformação da terra em mercadoria no Brasil, incorporando a compra e a venda como pressupostos “legais” ao seu acesso. Onde faz –se uma crítica a esse termo legalidade pois por trás dessa lei há uma sistema perverso de repressão os trabalhadores. Pois é um método bastante comum no Brasil o roubo de terras pelas classes dominantes agrárias por meio da “grilagem” e que passam longe de qualquer regulamentação legal e, ao contrário, do ponto de vista jurídico, isto ocorre de maneira criminosa para a qual a própria Lei faz vista grossa. extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado, (FERNANDES, 1975, p. 19).

O resultado é que o acesso à propriedade fundiária no Brasil foi limitado às elites e aos “brancos”, pois mesmo em relação ao estrato mais pobre da classe trabalhadora, a classificação racista se manifesta, o que pode ser ilustrado, por exemplo, a partir das migrações europeias em fins do século XIX, responsável por trazer para o Brasil, de 1875 a 1914, mais de 1,6 milhão de trabalhadores europeus (STÉDILE, 2005) – que na Europa haviam se tornado supérfluos para o capitalismo face à revolução industrial – para ocuparem se do trabalho livre nas fazendas, dos postos de trabalho deixados pelos escravos ao passo da abolição, ou mesmo para receber terras sob a condição de colonos no sul do país – pela qual tiveram de pagar 18. Um iniciativa estatal da qual as massas ex-escravizadas foram excluídas.

Trazendo para o Nordeste torna-se cenário do latifúndio (donos de escravos e de terras) e da monocultora da cana-de-açúcar, que era produzida e vendido para Portugal, oferecendo os primeiros indícios de uma economia agroexportadora. Portugal não era uma nação desenvolvida, essa fato levou o Brasil a se aliar à Inglaterra, que vivia em período de desenvolvimento industrial. Essa aliança tornou o Brasil dependente das grandes potências.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Neste contexto, deu-se início algumas lutas camponesas, conhecidas como lutas messiânicas, nome originado pelo fato de serem lideradas por líderes religiosos que eram tidos pela população revoltosa como ‘homens enviados por Deus’. Uma dessas lutas ficou marcada na história o Nordeste como ‘Guerra de Canudos’, tendo sido liderada por Antônio Conselheiro (1893-1897) e outra, na região Sul, ficou conhecida como a Guerra do Contestado. Especialmente na primeira, o grupo de resistentes era composto por trabalhadores rurais e ex-escravos, que, desde a abolição da escravatura, peregrinavam no sertão. O líder Antonio Conselheiro criticava os altos impostos, por isso defendia o seu não pagamento. Essa guerra durou cerca de (5) cinco anos. A segunda foi liderada por um monge chamado de ‘José Maria’, e teve caráter político –religioso. Seu líder denunciava as injustiças causadas pelos coronéis . O local da Guerra do Contestado era disputado pelos Estados de Santa Catarina e Paraná, sendo proveniente disto o nome que identificava a Guerra.

1.2 Brasil - Desenvolvimento Industrial: a expulsão dos camponeses do campo

No início do século XX o Estado concedeu uma área de terra à empresa norte americanas ‘Brasil Railway Company’, de onde foram expropriados cerca de 8 mil camponeses. Os camponeses já sentiam na pele a invertida perversa do capitalismo estrangeiro, sobre o modo vida camponesa. Os camponeses não tinham mais condições de sobreviver no campo, por diversos fatores os tamanhos das terras não atendiam, não comportava as famílias. Neste contexto, os latifundiários invadiam, aos poucos, as terras dos minifúndios. O resultado foi o êxodo rural dos camponeses, que se deslocavam do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida.

É inegável que o processo do êxodo rural provocado pelo o capital, para o modo de produção capitalista era interessante pois aumenta o exército industrial de reserva a medida em que no campo se concentra a terra nas mãos da burguesia esta que sempre esteve e está a serviço do capital financeiro internacional.

O desenvolvimento capitalista nas nações desenvolvidas se estruturou a partir da cumulação decorrente dos períodos não capitalista. O processo de arrendamento permitiu que os latifundiários acumulassem riquezas. Com o decorrer do tempo, expulsaram os camponeses de suas terras e os campos se tornaram pastagem de animais, restando aos camponeses a

submissão aos donos do meio de produção. Para o capitalismo, o trabalho do campesinato não é trabalho produtivo, por não produzir mais-valia.

Por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.(MARX, 1996, p.136)

O capitalismo é fortalecido na medida em que as possibilidades de exploração são cada vez mais ampliadas, resultando, assim, a mais valia. Dessa forma, há uma contraposição ao campesinato, já que este não visa a mais valia, mas tem como objetivo a continuação da vida, sendo sua produção baseada na agricultura de subsistência, com variedades de culturas.

Essa dinâmica do campesinato não era interessante, no processo de desenvolvimento industrial, assim como não eram interessantes diversas outras características para o novo modelo produtivo, o qual estava imbricado nos avanços de tecnológicos, que representaram, de acordo com alguns historiadores, uma segunda revolução industrial.

O investimento industrial já não se concentrava apenas na produção de alimentos e outros bens necessários para a subsistência humana. A indústria direcionou investimentos na produção de materiais pesados e na utilização das novas tecnologias. Essa nova fase do capitalismo foi denominada de Imperialismo. A terra passa a não ser vista apenas enquanto produtora meios de produção da vida, mas como fonte de recursos naturais, que servirão para a reprodução do capital. Deste modo, os capitalistas em meados do século XX, começaram a investir na construção de usinas siderúrgicas, na indústria automobilística, na indústria bélica etc. Visto que esses representavam investimentos lucrativos. O surgimento dessas indústrias implicou, principalmente, na intensificação do uso do petróleo como combustível e no emprego energia elétrica (BRAZ; NETTO, 2009)

A história da economia brasileira tem sua raízes em uma arena de luta de dois projeto antagônicos a luta dos camponeses para permanecer na terra e a luta do capital internacional é a mão orientadora do agronegócio, que tem como foco produzir e acumular capital financeiro, como se não bastasse ainda produz insumo como agrotóxicos tão usado na monocultura do trigo e soja. Assim o para Florestan Fernandes (1975), a primeira resistência de mobilização e enfrentamento camponesa foram a luta antiescravista O surgimento dessas indústrias implicou,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

principalmente, na intensificação do uso do petróleo como combustível e no emprego energia elétrica (BRAZ; NETTO, 2009)

O desenvolvimento capitalista brasileiro teve como base econômica a monocultura, desde o período colonial. No início do século XX, a monocultura cafeeira predominava na economia do país. Todavia, diante do contexto mundial de crise capitalista de 1929,

Os países da América Latina, foram forçados, pelas determinações dos países considerados desenvolvidos, a aprofundar o processo de industrialização. As políticas sociais resultantes das mobilizações dos trabalhadores foram direcionadas para os centros urbanos, com o objetivo de atender a classe operária que se constituía precariamente. É nesse contexto histórico que o Serviço Social se gesta enquanto profissão,

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social técnica do trabalho, tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes- a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial- e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do estado em conjunturas históricas específicas é nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro que emerge sob formas a chamada questão social. A questão social é senão a expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado (IAMAMOTO, 2009, p.77).

Segundo a autora, o Serviço Social é chamado para intervir diante da questão social, justamente no período em que ocorre desenvolvimento da classe operária, ou ainda, quando a mesma busca seu reconhecimento e organização enquanto, no cenário político econômico e social. Influenciado pelo cenário, e considerando que sua base ontológica profissional é o modo de produção capitalista, a atuação do Assistente Social ocorre primeiramente no plano urbano, pelo fato das indústrias serem implantadas nas cidades, sendo necessário, conseqüentemente, manter o operário ativo no processo de produção e reprodução social.

Ora, é imprescindível considerar que mesmo que atualmente o serviço social tenha uma direção objetiva voltada para a transformação societária, para a emancipação humana e para a crítica ao capitalismo, ela atua diretamente no processo de organização dos operários para o trabalho, dentro do modo de produção capitalista. Assim, desde a sua gênese até a década de 1970, as ações profissionais eram principalmente voltadas a esta classe, atendendo nas fábricas e também nas casas dos operários, através das visitas domiciliares, dos cursos de formação com a finalidade de moralizar a família operária, ensinando-lhe, inclusive, economia doméstica.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É necessário assinalar que esta matriz encontra-se na gênese da profissão em toda a América Latina, embora com particularidades diversas como, por exemplo, na Argentina e no Chile, onde vai somar-se ao racionalismo higienista (ideário do movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública, que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral). O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 1940, a avançar tecnicamente ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. (YASBEK, 2019, p14)

A formação do Assistente Social, na década de 1930, era uma formação tecnicada, desconectada da contradição entre capital/ trabalho. A prática profissional tinha como pano de fundo apaziguar as tensões sociais e qualquer tipo de desordem ao sistema vigente. Deve-se considerar ainda que o Serviço Social não depositava suas atenções para o trabalhador camponês, pois ele fazia parte de um espaço separado do espaço urbano. Note-se, por exemplo, que Vargas, em seu governo, não desenvolveu nenhuma política que tivesse como proposta a distribuição de terras, pelo fato das elites agrárias terem o apoiado no seu processo eleitoral. Portanto, havia uma política capitalista de invisibilidade do campo, fruto da política econômica que esteve voltada para a industrialização e formação das cidades nas zonas urbanas, e para o incentivo da agro-exportação no campo.

A direção política e econômica internacional também influenciou a formação profissional do Assistente Social. A atuação desta era voltada para o desenvolvimento de comunidade (DC), que configurava-se como uma estratégia mundial de desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. Nesta perspectiva, a responsabilidade de acabar com a miséria do campo estava na capacidade técnica da comunidade, visto que as lutas camponesas em torno da reforma agrária estavam em um processo de organização. O desenvolvimento comunitário tinha como mote mistificar a realidade agrária brasileira, sob alegação de que a responsabilização pela melhoria da qualidade de vida no campo dependia da comunidade. Por trás dessa postura, tinham interesses políticos e econômicos internacionais e nacionais.

Outra estratégia foi patrocinada pelo então Ministério da Educação e Saúde, baseado no modelo de missões da Igreja Católica e, na proposta desenvolvimentista do DC, abraçada entre outras profissões, pelo Serviço Social, que resultou na criação das Missões Rurais de Educação.

O Serviço Social começa a surgir como um departamento especializado da Ação Social e da ação Católica num momento extremamente importante para a definição do papel da Igreja dentro de novas características que progressivamente vai assumindo a sociedade brasileira. Está assim, profundamente relacionado a esse processo e a ação política e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

social da Igreja. No plano ideológico estará embebido de uma doutrina social totalitária; de um projeto de desenvolvimento harmônico para a sociedade; de uma terceira via, em que este capitalismo é exorcizado do seu conteúdo liberal; em que o capitalismo transfigurado e recristianizado aparece como contracorrente do socialismo, na luta pelo o enquadramento das classes subalternas (IAMAMOTO, 2009, p.214).

Percebe-se que a profissão, quando intervinha na questão agrária, fazia a partir de sua base de formação doutrinária, voltada para o apaziguamento dos conflitos e, conseqüentemente, das mobilizações camponesas. Essa prática é histórica, remontando o próprio processo de colonização a Igreja, que se fez presente para catequizar e doutrinar os índios, para justificar as invasões estrangeiras. Assim, à época, a ação profissional, partindo do pressuposto da ideologia do Desenvolvimento de Comunidades (DC), voltava-se para a realização de processos educativos e assistenciais, assumidos por equipes multidisciplinares, constituídas por agrônomos, médicos, sociólogos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, entre outros.

Em tal postura não sobra lugar para o problema das contradições e antagonismo abordando a comunidade como um todo regido pelo o consenso, com problema e interesses comuns. Em nome desse consenso, todos e em particular os "líderes", soa mobilizados para a solução de seus problemas, mediante utilização de técnicas cooperativas(ajuda mutua, mutirão etc..) ou de organizações capazes de conduzir as mudanças para fins desejados. (AMMANN, 2009,p.85)

A inserção do Assistente Social nas equipes de DC se deu pela implementação do Decreto-Lei no 8.127, de 24 de outubro de 1945, através da extensão rural. Na era desenvolvimentista, atuação profissional, a partir da ação pedagógica da educação de base, tinha como finalidade levar aos camponeses conhecimentos teóricos metodológicos indispensáveis para os ideais democráticos, partindo da compreensão dos direitos e deveres de todos os cidadãos de participarem ativamente do processo de desenvolvimento e modernização econômica e social da comunidade em que vivem.

Bandeiras tradicionais representativas dos interesses das frações da burguesas de bases agrária são incorporados ao discurso de uma parcela das porta vozes do pensamento dos Assistentes Sociais.O governo seguiria uma política industrialista articular artificial - contrariando a vocação agrária da nação. Daí a crises que arruína e economia agrícola, que despovoado campo, tendo como conseqüência para as cidades espetáculo de miséria provocado pelo artificialismo, são capazes de incorporar essas correntes e possibilita-lhes um mínimo de bem esta material (IAMAMOTO, 2009, p.205).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Percebe-se que a miserabilidade da classe trabalhadora nas cidades também é resultado do êxodo rural provocado pela expansão do capitalismo embutido no agro negócio. Neste sentido, a atuação do Serviço Social tinha como finalidade a harmonia do capitalismo e se colocava na condição de colaborador para a construção de um projeto harmônico entre camponeses e latifundiários.

Durante o período desenvolvimentista várias instituições foram criadas pelo Estado, com a decretação da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955:

- I. A prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne: a) à alimentação, ao vestuário e à habitação; b) à saúde, à educação e à assistência sanitária; c) ao incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos de molde a valorizar o ruralista e a fixá-lo à terra.
- II. Promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho adequadas ao meio rural;
- III. Fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas;
- IV. Incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais;
- V. Realizar inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo

Assim inseria-se o Assistente Social como profissional, na realidade essas instituições se gastavam em contraposição as organizações camponesas, mobilizadas pelos trabalhadores rurais, a exemplo do Sistema Brasileiro de Extensão Rural – SIBER. Outro exemplo foi a promulgação pelo governo federal da Lei que autorizou a União a criar, no âmbito do Ministério da Agricultura uma fundação denominada Serviço Social Rural (SSR), tendo por exemplo, o Serviço Social da Indústria (SESI). Apesar do nome, o SSR era uma entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Não se pode negar a presença do Assistente Social no campo, pois desde a década de 1950 ele compôs, como técnico extensionista, as equipes voltadas para o campo, desenvolvendo o papel de conciliador entre as classes. Mesmo diante da investida do Estado no projeto de desmobilização dos camponeses, havia no Brasil durante o período de 1960-1970, o PCB, acompanhava os conflitos e mobilizações em quase todo país. Os grupos imperialistas investiram fortemente em uma contra revolução, visto que na política de contra revolução.

A finalidade da contra revolução preventiva tríplice com objetivos particulares íntima e necessariamente vinculadas; adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores a internacionalização do capital golpear e imobilizar os protagonistas sóciopolítico, habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e enfim dinamizar em todos os quadrantes, as

tendências que podiam ser canalizadas contra a revolução o socialismo (NETTO, 2009, p.17).

Segundo o autor supracitado, o desenvolvimento do capitalismo na década de 70, o foco era adequar os modos de vidas de acordo com os ditames do capital a lógica era acabar com qualquer resquícios de revolução, as mobilizações no campo trazia visibilidade, para apaziguar foi a lei agrária que, segundo Morissawa (2001) a lei de reforma agrária não saiu do papel, o que houve foi a distribuição de terras para os comerciantes, industriais e as multinacionais, as leis trabalhista não eram implementadas para os trabalhadores rurais a violência no campo se agravaram as organizações que viam representando os camponeses enfraqueceu a exemplo teologia da libertação, o que fez surgir em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ainda no século XX, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em um Encontro em Cascavel no Estado de Paraná com um proposta de luta de mobilizações e de enfrentamento ao Estado.

Cabe considerar que esses aspectos figuram em uma sociedade com pouca experiência democrática, cuja independência foi proclamada pelo próprio colonizador e por uma monarquista, o marechal Deodoro da Fonseca, ministro da Guerra do Imperador do Pedro II. Fato semelhante aconteceu com o governo Sarney, na medida em que primeiro presidente depois da ditadura militar instituída após o golpe de 1964, tendo presidido o partido conservador fundado no início dessa ditadura, a Aliança conservadora Nacional-ARENA. (FORTI, 2011, p.31)

A complexidade acerca a agrária no Brasil possibilita diversas análises dependendo da perspectiva do profissional que esta inserido diretamente ou indiretamente há duas direções legitimar ao processo de desenvolvimento econômico baseado no agronegócio ou travar um debate em torno da questão agrária como aspecto político, econômico social e cultural.

É flagrante o distanciamento do Serviço Social com os problemas oriundos da questão agrária. Mesmo sabendo que uma boa parte dos assistentes sociais atuam em municípios de porte médio e pequeno e cotidianamente se confrontam com casos dessa natureza. Uma das explicações para tal fato nos remete a história da profissão, que tradicionalmente foi solicitada para intervir na questão social urbana relacionada com o surgimento da classe operária no cenário político. Em grande parte a formação do assistente social é voltada para pensar os problemas da cidade e formular políticas para o espaço urbano, subordinando a discussão do campo a segundo plano. (ALBUQUERQUE & SANT'ANA 2007, p.3)

Tendo em vista que o enfrentamento da questão social circunda em torno desses aspectos e são projetados para se integrar as dinâmicas capitalistas. São justamente nesses aspectos que há uma tendência de distanciamento de articulação entre eles com o modo de produção vigente

na ação profissional e que abre lacunas para fazer profissional de transmissão da ideologia burguesa.

2. Políticas públicas para o campo e a necessidade de um aprofundamento teórico metodológico do Serviço Social

Isso demonstra que o desenvolvimento capitalista está engendrado no desenvolvimento das desigualdades sociais no campo, as principais causas que levam os camponeses à uma situação de vulnerabilidade social são, pela ordem, o pequeno tamanho de suas terras; a baixa disponibilidade de insumos agrícolas, especialmente de água; a falta de assistência técnica; e os baixos preços pagos pelos seus produtos. O Estado intervém com medidas paliativas com programas compensatórios. Oitenta por cento dos camponeses são beneficiados com Bolsa família. Relacionando com o Plano da Reforma agrária - II PNRA de 2004, pode-se articular com a esses dados grande concentração de terra no Brasil, pois segundo o II PNRA de 2004-

No meio rural convivem imensas possibilidades com uma formação social e econômica que reproduz a pobreza rural e a exclusão social. Um dos elementos centrais desta ordem injusta é a desigualdade no acesso à terra no Brasil, que é ainda maior do que a desigualdade da distribuição de renda. O índice de Gini mede o grau de concentração, sendo que, zero indica igualdade absoluta e 1, a concentração absoluta. Para o Brasil, o índice de distribuição de renda é 0,6, e para a concentração fundiária está acima de 0,8. (BRASIL, 2004, p.11)

A exploração do trabalho no campo proporciona desenvolvimento econômico do capitalismo isto se dá pela expansão do agronegócio, produz insegurança na vida dos camponeses, das dos recursos naturais, impedindo o cumprimento da função socioambiental da terra e a realização da reforma agrária, promovendo a êxodo rural e a violência, impactando na aglomeração populacional das cidades.

Os pobres do campo são pobres porque não têm acesso à terra suficiente e políticas agrícolas adequadas para gerar uma produção apta a satisfazer as necessidades próprias e de suas famílias. Falta título de propriedade ou posse de terras, ou estas são muito pequenas, pouco férteis, mal situadas em relação aos mercados e insuficientemente dotadas de infra-estrutura produtiva. São pobres, também, porque recebem, pelo aluguel de sua força de trabalho, remuneração insuficiente; ou ainda porque os direitos da cidadania – saúde, educação, alimentação e moradia - não chegam. O trabalho existente é sazonal, ou o salário é aviltado pela existência de um enorme contingente de mão-de-obra ociosa no campo. (BRASIL, 2004, p.12)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Todas essas questões acima expostas nos leva a necessidade de um aprofundamento teórico metodológico para o Serviço Social que trabalha diretamente ou indiretamente na efetivação das políticas públicas destinadas ao campo como: assessoria aos movimentos sociais do campo nas Secretarias estaduais e municipais –SEAGRI, no Instituto de colonização da Reforma agrária- INCRA, nos Centros de Referência Assistência Social –CRAS, nas instituições privadas (usinas).

É o desvelamento dessa mediação que vai permitir compreender as políticas socioassistenciais como espaços contraditórios, onde se ocorrem muitas vezes o controle e o enquadramento dos subalternos, também ocorre a luta por direitos de cidadania e ainda o acesso real a serviços e recursos que essa população não consegue alcançar de outro modo. Dessa forma, o Serviço Social participa tanto da criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas, como de uma ação socioeducativa tensionada pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta. É importante assinalar que, nos anos mais recentes, o Serviço Social brasileiro enfrenta novas demandas, atribuições e competências, ampliando seu protagonismo na construção de direitos sociais.(YASBEK,p.14,2009)

O espaço rural é um campo contraditório de tensões, que precisam serem decifradas com a finalidade de dá respostas qualificadas as expressões da questão social.

E é precisamente aqui que ganham relevo as dificuldades e tensões que perpassam a intervenção sócio política através da atividade profissional, posto que a divisão social do trabalho medeia a relação do Serviço Social com os instrumentos e as formas institucionais de enfrentamento da questão social. A tensão entre intervenções políticas mediatas e horizonte político se reflete na cultura profissional e aponta para a necessidade de fortalecermos o núcleo teórico, estratégico e político da nossa profissão. (MOTA, 2011,p.51)

Fortalecer o aporte teórico metodológico do Serviço Social no que confere ao espaço camponês visto que espaço rural desde a formação social do Brasil, na atualidade o avanço do capitalismo desdobra-se mais significante no campo com investimento no agronegócio representa um pacto de poder das classes sociais hegemônicas, com a intervenção direta do Estado Brasileiro, pautado na financeirização e na acumulação de capital, na mercantilização dos bens da natureza, gerando concentração e estrangeirização da terra, contaminação dos alimentos por agrotóxicos, destruição ambiental, e violência no campo, e a criminalização dos movimentos, lideranças e lutas sociais .

A análise dos espaços ocupacionais do assistente social – em sua expansão e metamorfoses – requer inscrevê-los na totalidade histórica considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mundial. Sob a hegemonia das finanças e na busca incessante da produção de super lucros, aquelas estratégias vêm incidindo radicalmente no universo do trabalho e dos direitos. As medidas para superação da crise sustentam-se no aprofundamento da exploração e expropriação dos produtores diretos, com a ampliação da extração do trabalho excedente e a expansão do monopólio da propriedade territorial, comprometendo simultaneamente recursos naturais necessários à preservação da vida e os direitos sociais e humanos das maiorias (IAMAMOTO, 2010, p. 1).

A crise contemporânea, tem demonstrado para Assistente Social um campo contraditório que requer um apropriação de uma teoria que der respostas qualificadas, na medida em temos vistos serem retirados direitos que foram resultados das lutas e mobilizações da classe trabalhadora, no campo o que se tem assistido a expansão dos monopólios se instalando e retirando dos camponeses a possibilidade de subsistência, ao mesmo tempo se insere como trabalhador assalariado no campo para complementar a renda familiar.

Esta situação demonstra a urgência da reorientação das políticas para recuperar os assentamentos e abrir novos horizontes à população beneficiária. O PNRA orienta-se para a promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso a direitos e a promoção da igualdade – objetivos integrados a uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. Isso requer colocar à disposição das famílias assentadas e das demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infra-estrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais (BRASIL, 2004, p. 15).

A partir desta orientação PNRA, o Assistente Social insere-se como profissional orientando os camponeses acerca dos direitos, articulação com as demais políticas sociais, com outros programas da política agrícola a exemplo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), com Lei de ater. PRONAF, esse programas tem por finalidade a comercialização da produção agrícola, no entanto tem como pano de fundo recair sobre a responsabilização do agricultor sobre a situação de pobreza rural vivenciada pelos agricultores não levando em consideração as contradições na ordem do sistema vigente, onde a reprodução da pobreza no campo esta diretamente ligada a concentração de riqueza, aprofundar no acúmulo teórico abre possibilidades para indicar mudanças para construir o enfrentamento ofensiva conservadora que coloca no cenário brasileiro e internacional a proteção e manutenção da estrutura agrária para atender aos interesses do capitalismo. Neste sentido o código de ética do Serviço defende que;

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (CFESS, p. 23 1993)

No entanto é preciso defender o maior patrimônio da categoria profissional do Assistente Social o projeto ético político que deixa claro a importância da aproximação com as temáticas que desvendem limites e desafios dados no decorrer da história da humanidade. Os desvelamento da realidade se dão com a aproximação da realidades das organizações populares camponeses, o código de ética deixa claro que Artigo 12º e 13º - Constituem direitos do Assistente Social:

Artigo 12º - [...] apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania. Artigo 13º - São deveres do Assistente Social: [...] respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras (CFESS,p.34 1993).

Aproximação dos Assistentes sociais dos movimentos permitem acumular forças de mobilizações e reivindicações de ampliação dos direitos da classe trabalhadora, esta veem o retrocesso dos direitos, resultado do avanço do neoliberalismo que não tem encontrado limites territoriais, tem trazido danos para a vida da população tanto urbano como rural compreende-se que desenvolver processos investigativos no campo é algo que novo, no entanto percebe-se que o Serviço Social já tem uma relação com o campo, mas estas experiências não são sistematizadas, por isso passam despercebidas, mas as demandas estão sendo acrescidas para os Assistentes Sociais, isto requer uma conhecimento teórico acerca dos processos mobilizatórias dos camponeses, tendo em vista que se apoderar de tais conhecimentos abrem um leque de possibilidades de ampliação dos direitos que se resultará na melhoria da qualidade de vida dos camponeses.

CONCLUSÃO

É nesse quadro político, social, econômico, cultural e, inclusive, ideológico, que se insere o Assistente Social, como trabalhador. No processo de reprodução e no reforço das contradições



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

básicas que legitimam o modo de produção capitalista brasileiro do século XX, tanto no campo como na cidade, o primeiro se dava no processo de na propagação do espaço rural como atraso e a cidade como sinônimo de desenvolvimento.

A complexidade acerca da questão agrária no Brasil possibilita diversas análises dependendo da perspectiva do profissional que esta inserido diretamente ou indiretamente há duas direções legitimar ao processo de desenvolvimento econômico baseado no agronegócio, ou travar um debate em torno da questão agrária como aspecto político, econômico social e cultural. Tendo em vista que o enfrentamento da questão social circunda em torno desses aspectos e são projetados para se integrar as dinâmicas capitalistas. São justamente nesses aspectos que há uma tendência de distanciamento de articulação entre eles com o modo de produção vigente na ação profissional que abre lacunas para o exercício profissional sob a perspectiva da transmissão da ideologia burguesa.

É nessa arena de lutas que o Assistente Social trabalha - enquanto trabalhador assalariado - na efetivação das políticas públicas, há duas vias de intervenção: uma delas volta-se para a perspectiva da redução das desigualdades sociais, a outra volta-se para a perspectiva conservadora, que tem por objetivo ideológico reproduzir a idéia de que irá acabar com as desigualdades sociais, através do atendimento das demandas postas pelo o modo de produção capitalista.

Compreende-se a partir deste estudo que questão agrária no capitalismo, movimentos sociais e o Serviço Social possuem uma profunda relação, visto que as públicas no campo foram e são resultados dos processos mobilizatórios dos movimentos sociais camponeses que apesar da questão agrária ser tratada politicamente de forma uma possibilidade efetiva de intervenção profissional por parte do Serviço Social, principalmente em prefeituras de municípios de pequeno e médio porte, como já retratado por Albuquerque e Sant'ana (2007, p. 3). São nestes espaços profissionais, privilegiadamente, que o Serviço Social tem possibilidade de desenvolver ações de assessoria e consultoria (não há articulação lógica das ideias deste parágrafo, ou seja, tanto a ideia, quanto a redação estão confusas: revisar as duas)

Algumas dessas reflexões sobre a desigualdade social no campo - que produz tanta riqueza para as elites latifundiárias e pobreza para os camponeses – possibilitam a apreensão de que o resultado das contradições na ordem do sistema vigente – onde a reprodução da pobreza no campo esta diretamente ligada a concentração de riqueza–, deve incitar ao profissional que trabalha no âmbito dos direitos e das políticas públicas. Todavia, para isto é necessário ampliar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

seu acúmulo teórico, abrindo possibilidades para indicar mudanças que possibilitam construir o enfrentamento à ofensiva conservadora que coloca no cenário brasileiro e internacional a manutenção da estrutura agrária concentrada nas mãos de poucos e exploradora da classe trabalhadora para atender aos interesses do capitalismo.

Assim é preciso defender o maior patrimônio da categoria profissional: o projeto ético político do Assistente Social, que aponta a importância da aproximação com as temáticas que desvendem limites e desafios, constituídos no decorrer da história da humanidade, principalmente aqueles decorrentes da ordem do capital e da dominação proveniente da apropriação fundiária privada de um bem coletivo, tal como o é a terra.

Referências

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira; SANT'ANA, Raquel Santos. O Plano Nacional de Reforma Agrária e o Serviço Social. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11, 2004, Centro de Convenções Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: 2004.CD-ROM.

AMMANN, Safira Bezerra: **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil..** 11º ed. São Paulo: Cortez,2009.

BRAZ, Marcelo; NETTO, Paulo José . **Economia Política:** uma introdução crítica. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social** :fundamentos e história. 3 ed São Paulo:Cortez, 2008.

BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasília, DF, 2004. Acesso em <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2012.

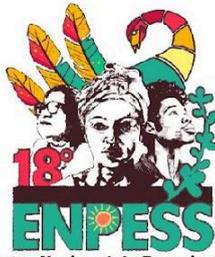
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CEFSS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8.662/93-Regulamentação da Profissão de Serviço Social.** Brasília. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2012.

IAMAMOTO Marilda Vilela & CARVALHO Raul.**Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** 5.ed, São Paulo: Cortez, 1986 .

MORISSAWA, Mitsue.**A luta pela terra e o MST.** 1 ed. São Paulo:Expressão popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA(MST). **Camponeses são os mais afetados por pobreza extrema no Brasil.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Camponeses-sao-os-mais-afetados-por-pobreza-extrema-no-Brasil-aponta-l-pea>> . Acesso em: 20 de setembro de 2011. .

NETTO, Paulo José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 7 ed .São Paulo: Cortez,2009



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PEIXOTO, Marcus. Extensão Rural no Brasil - Uma abordagem histórica da legislação. Textos para discussão, **Consultoria Legislativa do Senado Federal – Centro de Estudos**, Brasília, n. 1, outubro/2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD48-MarcusPeixoto.pdf>. Acesso em: 22 outubro. 2011.

YASBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos e as Tendências Contemporâneas do Serviço Social**. In. Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica. Org GUERRA, Yolanda { et al}Campinas. Papel Social. 2018. p. 47-84.